

RESUMO

A Política Externa Indiana: do desenvolvimentismo ao pragmatismo nas relações internacionais

Este artigo analisa a política externa indiana com base em dois momentos de sua história: a época da independência até a década de 1980 e o período de 1990 até os dias atuais. O objetivo dessa divisão histórica é investigar as estratégias políticas da Índia, a partir de duas abordagens teóricas das Relações Internacionais: o idealismo e realismo.

Palavras-chave: Índia. Política Externa. Realismo. Idealismo.

ABSTRACT

This paper analyzes the Indian foreign policy based on two times in its history: the time of independence until the 1980s and the period from 1990 to the present day. The purpose of this historical division is investigating the political strategies of India, from two theoretical approaches to International Relations: idealism and realism.

Keywords: India. External politics. Realism. Idealism.

A Política Externa Indiana: do desenvolvimentismo ao pragmatismo nas relações internacionais

Fernanda Sousa¹

Paulo Kuhlmann²

Jeane Freitas³

INTRODUÇÃO

No campo de estudo das relações internacionais têm predominado análises que apontam para um reequilíbrio das estruturas de poder do sistema mundial, fortemente delineado pela ascensão das chamadas potências emergentes, que, em decorrência das transformações ocorridas no período pós - Guerra Fria, desenham um proeminente jogo de arranjos cooperativos.

Segundo Bastos (2008), essas transformações derivam de dois macroprocessos articulados, que afetaram o sistema político econômico internacional: o primeiro diz respeito à crise e à reestruturação da economia mundial; e o segundo, à dissolução do bloco socialista e ao fim da lógica política ditada pela bipolaridade.

O fato é que essas mudanças alteraram, significativamente, a possibilidade de inserção de muitos Estados que compunham o chamado “Terceiro Mundo”. E é nesse contexto que a Índia se manifesta como um provável polo de poder, podendo contribuir, conscientemente,

1 Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (PP-GCJ/UFPB). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: fernandaqueiroga.silva@hotmail.com.

2 Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor de Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba. Coordenador do Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial (GEPASM). Email: prlkuhlm@gmail.com.

3 Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco. Mestra em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (2014), bacharela em Relações Internacionais pela mesma Universidade (2011) e bacharela em Administração de Empresas pela Universidade Norte do Paraná (2010). Email: jeanesfreitas@hotmail.com.

na formação de um sistema multipolar.

A atual conjuntura apresenta a Índia com grandes possibilidades de crescimento, ato que chama ainda mais atenção por sua postura geopolítica na região asiática e pelo próprio fato de adotar uma política externa na constituição de coalizões Sul - Sul. As alianças Sul-Índia são evidenciadas a partir dos projetos de cooperação existentes com o IBAS, o G20 e com outras regiões do Hemisfério Sul, como América Latina e África.

Neste ensejo, vale ressaltar que a política externa da Índia é fruto dos vários momentos pelos quais passou o país no esforço de se consolidar como ator regional e internacional. Desde a independência, o país enfrenta dificuldades e desafios em seus ambientes interno e externo para manter sua segurança e estabilidade, e ao mesmo tempo assegurar condições para crescimento sustentável, para governabilidade e continuidade do regime democrático, que tem caracterizado seu sistema político, e para sua inserção regional e internacional como potência emergente. (GUIMARAES, 2005).

Tendo por base os apontamentos descritos acima e sabendo da relevância do estudo da política externa para compreender os desdobramentos da nova ordem mundial, o presente estudo procurará clarificar o dimensionamento das estratégias políticas do país, como forma de entender analiticamente os reais interesses da política indiana sob a ótica das vertentes idealista e realista das Relações Internacionais.

Para tanto, estruturamos a presente análise em quatro seções, além de introdução e conclusão. Na primeira, apresentamos historicamente a Índia, com o objetivo facilitar o entendimento de sua política externa e suas estratégias de inserção regional e mundial. Posteriormente, trazemos uma conceituação geral do termo política externa.

Logo em seguida, abordamos as fases do desenvolvimento da política externa indiana, na busca de identificar as prioridades internas e externas do governo e sua atuação no cenário regional e internacional. Nesse ponto, a análise foca as estratégias externas da Índia, com base em dois grandes momentos de sua história: a época da independência até meados da década de 80, e o período datado de 1990 até os dias atuais.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

A evidência e a repercussão que a Índia e seus altos índices de desenvolvimento econômico ganharam nos últimos anos são notórias. O país é reconhecido por suas dimensões continentais, com extensão territorial de 3. 291. 000 km², sendo o sétimo maior do mundo e o segundo em população, com um 1 bilhão e 210 milhões de habitantes⁴.

A nação indiana possui uma das mais antigas e mais complexas civilizações do mundo. Atribui-se a Indira Gandhi⁵ a observação de que a existência da Índia como Estado moderno pode ser considerada uma espécie de milagre, em virtude de sua diversidade étnica, religiosa, cultural e linguística. Há centenas de línguas e dialetos, quinze delas oficialmente reconhecidas, ao lado do hindi, a língua nacional oficial, e do inglês (GUIMARÃES, 2006)

4 Dados atualizados. Disponível em: http://www.censusindia.gov.in/2011-prov-results/prov_results_paper1_india.html.

5 Indira Ghandi foi a primeira mulher a chefiar o Governo indiano, em 1986. Filha de Jawaharlal Nehru, líder político que assumiu o poder logo após a independência do país (FONSECA, 2011).

Devido a essa imensa diversidade, Pimentel (2008) chama atenção para o fato de que, ao longo da história, foram breves os períodos em que o território indiano esteve integrado a um projeto comum, subordinado ao mesmo poder central. Na maior parte do tempo, o país viveu fragmentado na política e dividido na religião. Os 26 estados da República atual se subdividiam, no passado, em centenas de principados, governados por marajás que facilitavam a entrada de sucessivas levas de invasores.

Estes vinham geralmente da Ásia Central e aproveitavam passagens entre as montanhas do Himalaia para penetrar na região. Drávidas, indoarianos, medos, persas, árabes e mongóis foram alguns dos que vieram, ficaram e foram sendo, aos poucos, “indianizados”. Os arianos trouxeram os princípios da religião que se converteria no, hinduísmo, criaram o sânscrito e introduziram o sistema de castas⁶, inicialmente quatro, e, hoje, subdivididas em incontáveis grupos familiares, ou “jati” (PIMENTEL, 2008).

Em seguida, chegaram, à Índia, os mercadores ingleses (1608), que a partir de então se tornariam os senhores da terra. Inicialmente, os ingleses estabeleceram feitorias no litoral indiano, com as quais realizavam trocas comerciais. Com o tempo, o império colonial britânico começou a enxergar a Índia como “a jóia mais cara da coroa”, tendo se constituído a mais importante colônia para a metrópole inglesa, sob o aspecto econômico (VILELA, [s/d]).

Nesse contexto, quem não tinha muitos motivos para comemorar era o povo indiano que enfrentou graves problemas durante o período da dominação inglesa, dentre os quais, os constantes abusos e humilhações a que as autoridades britânicas os submetiam. Dessa forma, em 1885, surge o primeiro movimento nacionalista na região, encabeçado por intelectuais indianos.

A oposição nacionalista se organizou em torno do Indian National Congress (1885), uma espécie de clube, que depois evoluiu para o partido político, no qual militaram figuras como Gokhale, Motilal Nehru e Gandhi. A independência só viria mais tarde, em 1947, e por ela os indianos pagariam um preço elevado (PIMENTEL, 2008)

O Partido do Congresso reunia setores elitizados da sociedade indiana e representava, em especial, os Hindus. Esse fato alimentou constantemente uma contradição, na medida em que diversos setores da sociedade indiana não pertenciam a essa religião, pois, embora predominantemente hindu, a Índia também conta com uma grande parcela da população de muçulmanos, parte, esta, considerada a terceira maior nação islâmica do mundo, depois da Indonésia (BRANDÃO, 2010).

Com isso, em 1906, foi criada a Liga Muçulmana que renunciava a divisão da colônia em Estados religiosamente rivais. Os representantes da Liga Muçulmana tentaram em vão assumir a liderança do Partido do Congresso, e, como não conseguiram, submeteram aos vice-reis britânicos a proposta de dividir o território, cabendo aos islamitas as regiões nas quais eles eram a maioria da população (PIMENTEL, 2008).

A direção do Partido do Congresso, que estava sob o comando de Jawaharlal Nehru, com

⁶ “Casta” foi o termo cunhado pelos jesuítas portugueses para designar os “varnas”, introduzidos pelos indoarianos e que eram, basicamente, quatro: os brâmanes, ou sacerdotes; os xátrias ou guerreiros; os vaixás ou mercadores, e os sudras ou camponeses. Abaixo das castas, vieram depois os “dalit”, também chamados “intocáveis” (PIMENTEL, 2008).

Gandhi como inspirador, defendia uma Índia independente, acima da separação religiosa, mas a Liga Muçulmana, comandada por Mohammed Ali Jina, desejava um Estado muçulmano independente, a mesma ideia de Londres (BRANDÃO, 2010). No fim, os ingleses optaram por partilhar o território em o Paquistão Oeste (o atual Paquistão, ou “terra dos puros”) e o Paquistão Leste (hoje Bangladesh). E, entre os dois, o território indiano (PI-MENTEL, 2008).

A partir desse momento, a Índia sofreu um duro golpe com a fragmentação do seu território, que também provocou hostilidades entre duas grandes religiões: a muçulmana e a hindu. Como resultado, o país enfrentou um longo período de tensões e conflitos, que permanecem até hoje como um desafio para a estabilidade da região Sul da Ásia.

Os resquícios dessa demarcação de fronteiras internacionais, sem levar em conta as diversidades étnicas, culturais e religiosas, contribuíram para o surgimento de movimentos separatistas no país, que desde a independência se apresentam como um grande desafio para a Índia, ilustrando as dificuldades que o governo enfrenta para manter a segurança interna e estabilidade e, ao mesmo tempo, assegurar condições para o crescimento sustentado, para governabilidade e continuidade do regime democrático que caracteriza o sistema político do país (GUIMARÃES, 2005).

3 PANORAMA POLÍTICO

A Índia, “maior democracia do mundo”, chama atenção dos observadores em virtude de sua vasta base participativa. Para os historiadores, as origens da democracia indiana estariam fortemente relacionadas à ascensão do anticolonialismo de massas (BASTOS, 2008). “A democracia chegou à Índia disfarçada de nacionalismo, com privilégios universais do principal e mais legítimo dos instrumentos através dos quais a vontade da nação deveria ser expressa de forma correta” (BHARGAVA apud MALLAVARAPU, 2006, p.246). Além disso, um dos elementos centrais da filosofia do desenvolvimento adotada no período pós-colonial foi a vertente participativa, que criara condições para que determinados princípios orientadores do desenvolvimento social se tornassem viáveis, como igualdade de oportunidades e um sistema de administração e planejamento descentralizados (VOLDIN, apud BASTOS, 2008).

O país possui sistema multipartidário, mas os dois partidos mais importantes, com atuação nacional, são o Partido do Congresso e o Partido Nacionalista Hindu (Bharatiya Janata Party – BJP). O Partido do Congresso, fundado em 1885 como Indian National Congress (INC), com exceção de um curto período (1977-1980), dominou a política indiana desde a independência (1947) sob liderança ou influência da família Neruh-Gandhi. (GUIMARÃES, 2006, grifo da autora).

Nos quarenta anos (1947-1998) em que permaneceu de forma praticamente absoluta no quadro político indiano, o Partido do Congresso manteve-se fiel aos pressupostos de sua origem ideológico-doutrinária e afirmou-se como o fiel da balança para os novos partidos e grupos representativos das minorias. O primeiro governante foi Jawaharlal Nehru (1947-1964), que, com sua visão planificadora da economia e do Estado, fundou as bases industriais do país e preparou-o para o salto realizado durante o governo de sua filha, Indira Gandhi (1966-1984). O acesso da Índia à condição de potência nuclear, a revolução verde,

que representou a autonomia alimentar do país e a redução dos índices de analfabetismo e da mortalidade infantil foram alguns dos êxitos do governo Indira. Sucedendo sua mãe, assassinada por fanáticos separatistas sikhi, Rajiv Gandhi (1984-91) assumiu o governo num momento instável, marcado, de um lado, pela crise da dívida externa e pelo colapso da economia planificada e, de outro, pelas paixões comunistas e identitárias que levaram à consolidação do Partido nacionalista Hindu (Bharatya Janata Party - BJP) como o maior Partido da oposição (PIMENTEL, 2008).

Alguns historiadores afirmam que apesar das conquistas obtidas no governo de Nehru/Indira, muitos foram os problemas gerados durante sua administração. De acordo com Lima (2008), neste período, conhecido como o regime dos Gandhi (Indira e seu filho), o estado indiano teve fraca capacidade institucional, devido ao uso de instrumentos fiscais para “comprar” opositores, fazendo com que o estado fosse dilapidado de seus recursos produtivos, ao mesmo tempo em que se mantinha paralisado com as crescentes lutas internas. Além disso, o governo também perdeu legitimidade política, ao criar as “licenças raj” (JAFFRELOT, 2004) – um sistema de autorizações administrativas pelo qual o Estado regulava o aumento e a diversificação da capacidade de produção das empresas privadas.

Com isso, o INC, que vinha perdendo apoio desde o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi, declinou após o assassinato de seu filho Rajiv Gandhi, em 1991. A partir de então, começa uma nova era da política indiana, quando o Partido do Congresso consegue formar um governo de minoria com Narasimha Rao, que chega a fazer de Manmohan Singh seu Ministro das Finanças. Singh, afirmando-se como o “mago” das reformas, abandona o planejamento central do Estado, adota a conversibilidade da rupia⁷, promove a abertura econômica e a instalação em grande escala de empresas multinacionais (PIMENTEL, 2008).

A alternância no poder vem afinal em 1998, com a ascensão do BJP, cujos líderes exploram a insatisfação das massas, num período de profunda transformação social. O BJP apresenta-se como defensor do orgulho nacionalista hindu, e acusa o Congresso de favorecer os muçulmanos e de vender o país aos estrangeiros. Atal Behari Vajpayee, líder do BJP, torna-se Primeiro Ministro, organiza a coalizão Aliança Democrática Unida e preserva a política econômica (PIMENTEL, 2008).

Segundo Lima (2008), durante o comando do BJP (1998 - 2004) o país viveu um momento de grande desenvolvimento. Em termos econômicos, a liberalização continuou e, salvo nos aspectos políticos internos (comunismo, defesa do hinduísmo e confronto com os muçulmanos), o BJP pouco se diferenciaria do Partido do Congresso, que continuou a defender o secularismo na política.

Tudo levava a crer que este partido teria longa permanência no poder. No entanto, em 2004, após uma campanha memorável de Sonia Gandhi, viúva de Rajiv, o Partido do Congresso retorna ao poder. E para evitar uma oposição hinduísta, Sonia declina o cargo de primeiro-ministro em favor de Manmohan Singh, que se torna o primeiro Sikh a governar a Índia (PIMENTEL apud BASTOS, 2008).

A partir de então, torna-se visível dentro do sistema partidário indiano uma série de governos de coalizão, cuja política consegue agregar uma gama de etnias étnico-linguísticas que

⁷ Moeda corrente da Índia

formam o Estado da Índia (BASTOS, 2008).

Mesmo assim, com o aparente contexto de estabilidade política, existe, por trás de todos os problemas mencionados, a fraqueza do governo indiano, como afirma Mendonça (2009):

Dadas as dimensões geográficas e populacionais do país, o governo federal indiano é pequeno e ineficiente, com um orçamento similar ao da Noruega (KHANNA, 2008: 358). O governo é acusado de submeter-se aos interesses de minorias organizadas – castas superiores, donos de terras e sindicatos poderosos – e de ser composto por criminosos – um quinto dos membros do Parlamento Indiano foi acusado de algum crime (ZAKARIA, 2008: 155). A corrupção é endêmica tanto no legislativo quanto no judiciário (GUHA, 2008: 676). Por fim, nos últimos vinte anos, a democracia indiana tem sido caracterizada pelo poder de líderes regionais fortes e pelo culto à personalidade dos políticos. Guha (2008: 679) afirma que a Índia se transformou, a partir da morte de Indira Gandhi, em uma democracia populista, na qual o poder dos partidos cede espaço ao domínio das personalidades (MENDONÇA, 2009, p. 12-13).

Embora apresente tantas dissonâncias, as instituições democráticas indianas resistem ao teste do tempo e ao teste de uma sociedade separatista. A infraestrutura processual básica da democracia – concretamente a constituição e a proteção dos direitos de associação, a separação de poderes e a existência de eleições abertas e regulares tanto a nível nacional, como estatal – enraizou-se fortemente. Não obstante alguns episódios embaraçosos de violência entre castas, as instituições democráticas não só ajudaram a gerar uma nação a partir de diversas nacionalidades, como também institucionalizaram a submissão à incerteza legislativa decorrente da rotatividade governativa (BARDHAN apud HELLER e ISAAC, 2002).

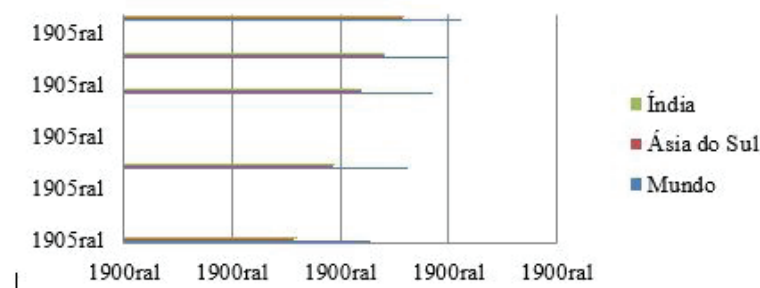
Por fim, com base nas informações elencadas até aqui, é possível perceber que a Índia, apesar de apresentar sérios problemas estruturais – como a pobreza extrema e a má distribuição de renda –, possui um sistema político sólido e grandes possibilidades de crescimento. De fato, as recentes pesquisas apontam que o país está se sobressaindo entre as demais economias mundiais, assumindo o status de uma potência emergente, que, como tal, almeja uma posição de destaque no cenário internacional.

Em virtude desses fatores, compreender a Índia em seus aspectos econômico, político e social é de imprescindível importância, pois se tornará uma ferramenta bastante útil para analisarmos a sua política externa, a fim de refletir a respeito de suas estratégias de inserção regional e mundial, como veremos nos aspectos a serem desenvolvidos na seção seguinte.

4 CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

A Índia tem progredido significativamente no setor socioeconômico, como sinalizam as recentes pesquisas. De acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre os anos de 1980 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Índia cresceu 1,6% ao ano, passando de 0,320 para 0,519 em 2010, o que coloca o país na posição 119 dos 169 países dos quais se dispõem dados comparativos. Este índice deixa o país em relativa vantagem com a região da Ásia do Sul que apresenta um índice de 0,516 (2010), estando assim um pouco acima da média regional, como podemos observar na figura 1 abaixo:

Figura 1.: Índice de Desenvolvimento Humano da Índia: 1980 a 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Apesar dos dados disponíveis indicarem uma paulatina melhora dos indicadores sociais, a imensa maioria da população ainda se encontra em condições precárias, com pouco ou nenhum acesso a serviços essenciais como educação e saúde. Aproximadamente 28% (2005) dos indianos está abaixo da linha de pobreza, 22% (2006) da população sofre com a desnutrição, enquanto a taxa de alfabetização é de apenas 63% (2006) (PIMENTEL, 2008).

O nível de urbanização também é baixo, mesmo que nos últimos anos a taxa de migração do campo para as grandes e médias cidades tenha aumentado, cerca de 70% da população (2010) ainda vive em zonas rurais (PIMENTEL, 2008). Para Bastos (2008), o fato de a Índia conseguir manter grande parte da sua população no meio rural pode ser explicado, parcialmente, pela reforma agrária colocada em prática nos anos imediatamente posteriores à independência.

Outro fator preocupante dentro da sociedade indiana é o sistema de castas. Como citado anteriormente, essa divisão populacional existe desde a formação do Estado, e funciona a partir de uma estrutura discriminatória, no qual os “dalits”, também chamados “intocáveis”, são postos à margem da sociedade. Embora haja uma proibição constitucional para que seres humanos sejam considerados “intocáveis”, e a despeito de um “dalit”, K. R. Narayanan, ter se tornado Presidente da República, o fato é que varredores de ruas ainda hoje são quase exclusivamente “dalits”, e a ascensão social é um sério problema (PIMENTEL, 2008).

Dessa forma, com todos esses problemas étnicos e sociais, era difícil pensar numa Índia potencialmente produtiva. Conforme assinala Rodríguez (2010), esse ceticismo era explicado, sobretudo, devido aos baixos níveis de crescimento econômico do país.

Até os anos 80 do século passado, a Índia tinha uma taxa de crescimento medíocre, perto dos 3% do PIB que, somada ao aumento acelerado da população, ficava reduzida a apenas 1,3% ao ano. Nessa época, era impensável tirar os milhões de habitantes desse país da pobreza extrema, primeiro porque o modelo imperante era o de substituição de importações, típico das economias fechadas, e segundo pelo elevado controle do setor público de todas as esferas da economia, emperrando o setor privado com regulamentações e exigência de licenças (MELLO apud RODRÍGUEZ, 2010, p.09).

Esse quadro só viria a mudar a partir de 1991, quando o ministro da economia, Manmohan Singh, iniciou no país uma série de reformas, o que permitiu a redução das tarifas para importação, o fim das excessivas barreiras para o comércio, a diminuição, de forma

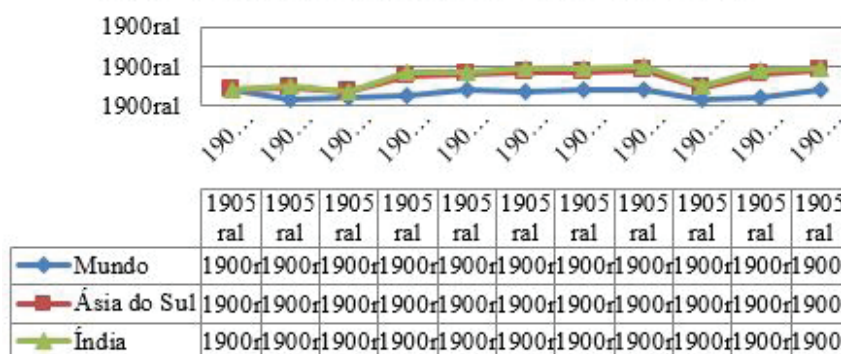
drástica, das regulamentações impostas às empresas durante o período colonial, e da carga tributária, com a subsequente abertura do país aos investimentos estrangeiros. Todas essas medidas foram implantadas de forma gradual, mas o efeito que produziram foi rápido: romperam com o dirigismo econômico, aceleraram fortemente a economia, estimularam a livre iniciativa e projetaram o país no cenário internacional (RODRIGUEZ, 2010). Rodriguez sintetiza esses resultados da seguinte forma:

O crescimento do PIB se acelerou, a inflação caiu e as exportações aumentaram significativamente. Entre 1950 e 1980, a economia indiana cresceu em média 3,5%. De 1980 a 2000, o crescimento anual acelerou para 5,8% em média. Nos últimos três anos, o crescimento do PIB explodiu, chegando à média anual de 8,4%. O combustível desse crescimento é o setor de serviços, principalmente as famosas empresas de tecnologia da informação, mas a indústria vem ganhando destaque. As exportações indianas chegaram a US\$ 112 bilhões em 2006, aí incluindo bens e serviços. Em um estudo realizado em 2003, economistas do banco Goldman Sachs criaram a sigla BRIC para designar Brasil, Rússia, Índia e China, os países que seriam as grandes potências mundiais em 2050. No estudo, que se tornou um dos mais citados entre analistas econômicos e futurólogos, o Goldman Sachs prevê que a Índia será o país a crescer mais rapidamente nos próximos cinquenta anos. Em quinze anos, a economia da Índia vai ultrapassar a da Grã-Bretanha. Em 2040, será o terceiro PIB do mundo. E, em 2050 uma Índia vai corresponder a cinco Japões [...] (MELLO apud RODRIGUEZ, 2010, p. 09-10).

Dessa maneira, mesmo que a Índia enfrente problemas de pobreza extrema, especialmente em áreas rurais e periferias das grandes cidades, e má distribuição de renda, há tendências animadoras que indicam o crescimento de sua economia.

E os números têm evidenciado essa mudança, como aponta Guimarães (2005), o país tem apresentado, de forma sustentada, um nível de desenvolvimento elevado desde 1991, sendo um dos países que mais contribui, em cada ano, para o crescimento do capital mundial, assim como também no crescimento do PIB real da Ásia do Sul, que se acelerou a um ritmo estimado de 8,7% em 2010, por impulso do forte crescimento da Índia, que representa 80% do PIB da Região, como podemos observar nos dados do Banco Mundial, a partir da figura 2:

Figura 2.: Crescimento do PIB indiano (% anual)



Fonte: Banco Mundial

Além disso, o país tornou-se autossuficiente em produção agrícola, e possui hoje uma das maiores equipes de técnicos e engenheiros do mundo, sobretudo nas áreas de software,

biotecnologia e energia nuclear (BASTOS, 2008).

Na área de biotecnologia, a Índia é hoje a maior exportadora do mundo de medicamentos genéricos. Segundo Barbosa & Souza (2008), as indústrias farmacêuticas indianas atendem 80% da demanda doméstica e exportam cerca de um terço da produção total. Para os autores, o diferencial dessas indústrias reside primeiro no fato delas possuírem mão de obra altamente qualificada, e segundo por adotarem tecnologia própria na produção (CHAUVIN apud BARBOSA e SOUSA, 2008).

Barbosa e Souza (2008) também destacam que, embora mais da metade da força de trabalho esteja concentrada na agricultura, o setor de serviços corresponde à principal fonte de crescimento econômico, respondendo por mais da metade da produção da Índia, com apenas um terço de sua força de trabalho.

Esse percentual de aumento pode ser notado nos recentes dados fornecidos pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos (2011): “o setor de serviços atingiu, em 2010, 55,2% da renda nacional, contra 38% entre 1981 a 1991, enquanto o setor da indústria obteve uma participação de 26,3% e o setor da agricultura apenas 18,5%”. Esses índices retratam a nova configuração da estrutura econômica do país, como afirma Bastos (2008)

Em relação à estrutura econômica do país, é possível perceber que, durante o período posterior à sua independência, a agricultura contribuía com mais da metade do PIB indiano, enquanto que a indústria com menos de 10%. Cinco décadas depois, o setor de serviços passou a contribuir com quase metade, e o industrial, bem mais diversificado, que no período da independência com um quarto (MALLAVARAPU apud BASTOS, 2008, p. 60).

O destaque da Índia na exportação de serviços é fruto do expressivo desenvolvimento do setor de software, que se atribui, principalmente, à existência, no país, de mão de obra barata com formação técnica voltada para a produção de softwares de baixo custo. Com isso, o governo indiano tem investido fortemente no que o país tem a oferecer de melhor no momento, sua mão de obra qualificada, a competência na área de tecnologia e a proficiência na língua inglesa, com o objetivo de se tornar um grande exportador de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) (BASTOS, 2008).

Os indicadores desse negócio parecem justificar essa política implementada pelo governo, haja vista que os últimos dados sinalizam que este setor tem alcançado um crescimento notável, como apontam os indicadores do Banco Mundial (2010): “em 2010 as exportações de serviços de Tecnologia da informação e comunicação atingiram 47% do total das exportações de serviços, em contrapartida ao ano de 2000, que atingiu a média de 31,9% das exportações”.

Embora apresente altos índices de desenvolvimento no ramo de serviços, com elevada participação na economia internacional, o país possui graves disparidades internas no campo da educação, como afirmam Barbosa e Souza (2008),

[...] O desenvolvimento indiano é desigual e dualista. As diferenças educacionais são muito grandes. Enquanto os melhores estudantes do Instituto de Tecnologia Indiano são considerados de nível internacional, muitas crianças indianas, concluindo a escola pública primária, são incapazes de realizar operações simples de aritmética. No âmbito econômico, parte da Índia urbana compete no sofisticado

setor de software e biomedicina, enquanto que, outra parte, a da Índia rural, apresenta taxas de pobreza comparáveis às do Haiti e Nigéria e grande número de crianças são mal nutridas (WORLD BANK apud BARBOSA e SOUSA, 2008, p.11).

Nesse contexto, o fator decisivo para afirmação da Índia como um grande pólo de poder regional, quiçá mundial, centra-se na capacidade de superação dos seus desafios internos, e para isso o país conta com os dois pilares de sua economia: o capital humano e a tecnologia. Visto que os recursos e vantagens que a Índia possui hoje, no que concerne a esses elementos, não podem ser considerados de caráter permanente; para que a Índia venha explorar plenamente as oportunidades oferecidas pela globalização econômica, deve se concentrar nos investimentos em capital humano e na construção de capacidades (RAY apud BAS-TOS, 2008).

5 POLÍTICA EXTERNA: VARIÁVEIS ENDÓGENAS E EXÓGENAS

Como mencionado anteriormente, o aparente contexto em que a Índia se insere ilustra uma situação favorável para o crescimento do Estado e de sua ascensão no meio internacional. Contudo, vale ressaltar que nem sempre o país esteve no foco das discussões internacionais, pelo contrário, “havia a percepção de que poucos países se preocupavam com a Índia, já que não demonstrava ter influência econômica e ser fonte de instabilidade” (OLIVEIRA, H., 2007, p. 04). Só mais tarde o país iria “aparecer” para o mundo, impulsionado por dois vetores: o desenvolvimento econômico, com inserção internacional marcada pela abertura do seu mercado, e o novo status nuclear (ibid).

De fato, é notório que essa mudança no status indiano ocorreu devido ao seu crescimento econômico, mas especialmente em razão das peculiaridades de sua política externa. Os esforços concentrados no desenvolvimento político, social e econômico, com base numa política de autonomia e autossustentabilidade, dão o caráter diferenciado de sua estratégia externa.

Desta feita, torna-se imprescindível uma apreciação da política externa indiana para poder compreender sua dinâmica de inserção internacional, seus interesses, comportamentos e até que ponto sua conduta afeta o equilíbrio de poder no sistema internacional. Sendo assim, antes de uma análise pormenorizada de suas estratégias, faz-se mister destacar o conceito de política externa e suas principais vertentes, para, posteriormente, fazer uma interpretação da agenda externa da Índia.

Conforme refletido por Seitenfus (2004), a política externa é fruto do confronto entre duas variáveis: endógenas e exógenas. “A política externa define-se como o processo de percepção, avaliação, decisão, ação e prospecção estatais, inclusive aquelas iniciativas tomadas no âmbito interno que possuam uma incidência além-fronteiras” (SEITENFUS, 2004, p. 22). Assim, estudar separadamente essas esferas de atuação do Estado levaria a uma visão reducionista, ou, até mesmo, falaciosa dos reais interesses do país.

Há ainda outros estudiosos que enfatizam a análise da política externa a partir de uma abordagem cognitiva. Herz (1994) lembra o quão é fundamental examinar os elementos subjetivos que influenciam o comportamento dos Estados, quais sejam: o ambiente psicológico, as percepções e as falsas percepções, as lições históricas, imagens e sistema de

crenças.

Neste sentido, consoante ao pensamento dos autores supracitados, evidencia-se que a prática da política externa é resultado de diversos condicionantes e que as posições tomadas pelos chefes de estado encontram suas raízes no universo estrutural e conjuntural, no qual determinado país está inserido. Por isso, partindo dessa lógica, este estudo procura identificar e analisar as linhas gerais da política externa da Índia, a partir do exame dos seus ambientes interno e externo.

5.1 A inserção internacional da Índia: do desenvolvimentismo ao pragmatismo nas relações externas

A Índia seguiu, no pós-independência, uma estratégia política e econômica fundada nos princípios da autonomia e do não-alinhamento internacional. Com objetivos claramente nacionalistas, Nehru adaptou os ensinamentos, o idealismo e o nacionalismo não-violento de Gandhi e construiu a inserção da Índia no novo contexto internacional (GUIMARÃES, 2005)

Cabe ressaltar que o Estado indiano sofreu como efeito imediato a coincidência cronológica entre a data de sua independência e o início da Guerra Fria. Estes fatos colocaram a Índia no centro de um espaço geopolítico que teve grande importância durante o conflito Leste-Oeste (estrutura), fato que contribuiu para a formulação da política externa do país (PEREIRA, 2003).

Neste período, sob a liderança de Nehru, o Estado indiano combateu ferrenhamente o colonialismo e o imperialismo, e promoveu a base desenvolvimentista do país inspirada no modelo soviético, investindo pesadamente na conquista de autonomia tecnológica em setores considerados fundamentais para sua produção agrícola e para sua indústria militar (ibid).

Além disso, o líder indiano empenhou-se em buscar um papel ativo e independente para o país nas relações internacionais, utilizando como ferramenta um discurso pautado em princípios morais e idealistas (OLIVEIRA, A., 2007). E, com isso, articulou sua política em torno de objetivos cooperativos, orquestrando e pleiteando uma política externa alicerçada na perspectiva do neutralismo, a partir do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Contudo, desconfiando deste posicionamento, os Estados Unidos passaram a intervir no subcontinente indiano, ao iniciar um programa de ajuda militar ao Paquistão, promovendo uma verdadeira ruptura na conduta de sua política externa.

No dizer de Oliveira H. (2007, p. 03), a partir desse momento sua atuação se tornou relativamente contraditória, “podendo até ser mais caracterizada por um relativo isolacionismo do que por um ativismo na condução do Terceiro mundo”.

Paradoxalmente ao discurso na defesa dos princípios idealistas, havia a preocupação pela necessidade de gerenciar suas relações com o Paquistão e com as duas superpotências (OLIVEIRA, H., 2007).

O relacionamento indo-paquistanês tem sido, desde a época da independência, problemático, que culminaram em três grandes conflitos em 1948, 1965 e 1971. Para a Índia, as

relações com o Paquistão, mesmo com sua ascensão internacional e com o status de potência regional, continuará a ser vista como um espinho na condução de sua política externa (SCOTT, 2011).

As duas primeiras guerras com o Paquistão envolveram a disputa pela Caxemira. Segundo Guimarães (2006, p. 12), o conflito tem suas raízes na divisão da Caxemira em 1948: “uma linha militar de controle (Line of control) separa o estado indiano de Jammu e Caxemira da Caxemira Azad controlada pelo Paquistão”.

A Índia acusa o Paquistão de apoiar com treinamentos e armas grupos terroristas e rebeldes muçulmanos separatistas, atuantes na região (GUIMARÃES, 2006), enquanto o Paquistão apoia o Movimento Separatista na Caxemira indiana, cujo objetivo é a independência do território ou sua anexação ao Paquistão. O argumento utilizado para justificar suas reivindicações é o de que, sendo de maioria muçulmana, a Caxemira deve fazer parte do país (LAMAS, 2004).

De acordo com Lamas (2004) apesar das reivindicações dos dois países, o principal motivo para a disputa centra-se no interesse pela posição geográfica da região, pois esta apresenta um importante significado geopolítico, com acesso privilegiado para os países circunvizinhos.

A situação ainda continuava pendente entre os dois países, quando, em 1971, uma crise de grandes proporções surgia no Paquistão Oriental. Mais conhecida como a Guerra de Bengala, o conflito originou-se quando o Paquistão Oriental deu início ao movimento pela sua independência. Como já esperado, o Paquistão reagiu com violência e a Índia declarou guerra ao país com o propósito de defender os milhões de bengalis hindus que se refugiaram em seu território para escapar do genocídio, supostamente praticado pelo exército paquistanês. No fim, o Paquistão saiu derrotado e, sob os auspícios da Índia, foi criado o Estado de Bangladesh (GUIMARÃES, 2006).

Nessa perspectiva, torna-se possível perceber que a tensão na Caxemira acaba servindo de justificativa para que Índia e Paquistão militarizem suas fronteiras. E mesmo esses países apresentando baixos níveis de desenvolvimento econômico e social, eles investiram pesado no programa de armamento, fazendo com que o subcontinente indiano se inserisse na corrida nuclear (EDUCALEAKS, 2011).

A Índia, nesta mesma época, também manteve uma relação conflituosa com a China. Os dois países mantiveram uma convivência relativamente harmoniosa até a década de 1950, quando as relações bilaterais começaram a se deteriorar. O enfrentamento entre as duas civilizações foi provocado, sobretudo, pela questão fronteiriça com o Tibete, anexado pela China em 1950/1951 (GUIMARÃES, 2006).

Surge daí uma das principais motivações da crescente beligerância que amargou as relações entre os dois gigantes asiáticos e que levou ao estabelecimento da Guerra sino-indiana em 1962⁸. Para os chineses, o Tibete era considerado um de seus pontos fracos, já que este

8 Em 1959, a China anexou o território de Aksai Chin, na região da Caxemira, e acordou com o Paquistão a recém obtida fronteira. Como era de se esperar, a reação por parte da Índia não foi das melhores, pois os indianos consideravam (e consideram ainda) Aksai Chin como parte do Estado indiano de Jammu e Caxemira. A região disputada era estratégica para a China e tem uma estrada importante que liga ao Tibet. Atualmente, o território Aksai Chin encontra-se sob administração efetiva da China (PAIXÃO, 2008).

era uma porta de acesso para muitos invasores, além de ser uma região com abundantes recursos naturais, sendo assim de vital importância para a China em seu ideal de desenvolvimento. Por outro lado, os indianos viam o Tibete como sendo um “Estado tampão”, entre os dois países, e por isso enxergavam como essencial a manutenção desse Estado autônomo. (JORNADA, 2008).

Diante desse quadro, em virtude do ambiente estratégico regional hostil (e, em especial, pelo fato dos Estados Unidos terem se aproximado da China em uma posição conjunta em oposição à União Soviética), a Índia, em 1971, aliou-se (econômica, estratégica e comercialmente) à União Soviética, sinalizando que a posição indiana de não-alinhamento estava perdendo força. A partir deste, foram estabelecidos dois eixos estratégicos antagônicos (Washington-Beijing e Moscou-Nova Delhi-Islamabad) que perduraram durante toda a Guerra Fria. (OLIVEIRA H., 2007).

Assim, as relações entre os EUA e a Índia ficaram ainda mais delicadas. Durante a Guerra fria, o relacionamento entre os dois países foi marcado por desconfianças mútuas. “A Índia era percebida pelos EUA como satélite de Moscou. Por sua vez, Nova Delhi enxergava nos EUA o principal aliado estratégico do Paquistão e via com crescente receio a aproximação entre os EUA e uma China então hostil”. (PIMENTEL, 2008, p. 387).

Paralelamente às oportunidades e limitações oferecidas pelo sistema internacional, a conjuntura interna do país contribuiu significativamente para a tomada de decisão na política externa indiana. Neste momento, a aliança com a URSS, junto com o seu modelo protecionista de mercado, colaborou para um maior isolamento econômico indiano e comprometeu os planos de desenvolvimento pretendido pelo governo (PEREIRA, 2003). Segundo Guimarães (2006), esse imenso atraso na economia indiana acabou projetando no exterior a imagem de um país com grande desigualdade social e econômica.

Esta era uma imagem da qual a Índia não se orgulhava, especialmente a elite do país, que acredita na grandeza da civilização indiana e, também, no papel de grande potência que cabia à Índia. “Do mundo se esperava o reconhecimento desse destino manifesto” (OLIVEIRA A., 2008, p. 02). Ademais, Nehru procurou claramente encaminhar o país para a obtenção do papel de liderança no sistema internacional, com uma atitude de autoconfiança, exibindo uma imagem cosmopolita, sendo por isso muito respeitado pelos países em desenvolvimento (OLIVEIRA A., 2008)

Observa-se, nessa constatação, que a intenção clara da Índia era a prática de uma política de Soft Power, fundamentada na perspectiva de se tornar um líder regional, de ser reconhecida enquanto potência.

Esse protagonismo, almejado pela Índia, era evidente tanto no âmbito comercial, quanto no de segurança. Inclusive, é dentro da lógica de segurança que o país funda uma estratégia mais realista, voltada à promoção dos interesses nacionais, estratégia essa estimulada pelo crescente clima de tensão na região (OLIVEIRA, H., 2007).

Conforme Pereira (2003), o Estado indiano buscou desenvolver uma política autônoma de desenvolvimento de tecnologias militares que alcançou seu momento mais controverso com sua primeira “explosão nuclear para fins pacíficos” em 1974. Neste mesmo período, o governo indiano tomou a decisão (mantida até hoje) de não assinar o Acordo de Não-Proliferação de Armas Nucleares, preocupando principalmente os Estados Unidos, que cortou

todo tipo de cooperação nuclear com o país.

Por essa razão, nota-se uma variação na política externa indiana, que no pós-Guerra Fria ganharia contornos mais pragmáticos, baseado num caráter defensivo da segurança nacional, voltado para a busca dos meios mais eficazes para a preservação e conservação da unidade política, a partir do acréscimo de poder militar, que, por sua vez, se justificaria em decorrência da situação anárquica internacional e do ambiente de insegurança com seus vizinhos (VILLA, 1999).

5.2 A política externa indiana no Pós-Guerra Fria

O fim da Guerra Fria tornou-se um desafio extraordinário para Índia, especialmente nos campos político e econômico. A consequente desintegração da União Soviética deixou o país sem seu principal aliado diplomático, como também sem um importante parceiro comercial, além disso, o crescimento econômico chinês começou a preocupar ainda mais o governo indiano (BASTOS, 2008). De acordo com Guimarães (2006), todos esses fatores externos, associado à estagnação interna, provocaram uma mudança na política externa indiana.

Nesse sentido, Oliveira H. (2007), chama atenção para o fato de que a crise interna foi o principal elemento que pressionou o governo indiano a empregar um programa de reformas econômicas, baseado na crença de que, sem uma abertura para a economia global, não haveria chances para a prosperidade na Índia, e com isso seria difícil sustentar a tese do protagonismo indiano no contexto internacional.

Em contrapartida, Velasco e Cruz (2008), aponta criticamente que, ao contrário do que muitos analistas econômicos afirmam, a estratégia econômica indiana não se apoiava no “poder da teoria econômica”, mas em uma “teoria do poder”, na qual a base do desenvolvimento do país estava subordinada aos imperativos da consolidação do poder, da pacificação interna e da transformação social, cujo objetivo último era projetar a imagem de um Estado forte e de uma democracia sólida.

Neste ensejo, em meio a tantos problemas, a Índia precisou buscar uma relação menos conflituosa com os Estados Unidos, mas ainda mantendo o entendimento de que a hegemonia da única superpotência deveria ser contrabalanceada (BASTOS, 2008)

Essa aproximação entre os dois países resultou da liberalização econômica da Índia e das mudanças nas políticas migratórias dos EUA, o que acabou gerando um fortalecimento da colônia de imigrantes de origem indiana no estado norte-americano, que mais tarde se tornariam uma das minorias étnicas mais ricas e profissionalmente mais bem sucedidas do quadro doméstico americano (OLIVEIRA A., 2008).

Desta feita, a abertura para os EUA, que também se desenhou em relação a outros países, como Israel e França, principalmente na esfera militar e de segurança, só foi possível em virtude das reformas adotadas durante o governo de Narasimha Rao, que possibilitou o fortalecimento do estado e permitiu o emprego de medidas destinadas a manter a estabilidade interna e promover mudanças na política externa e de segurança (GUIMARÃES, 2006).

E é a partir dessa relativa estabilidade obtida com as reformas que o novo governo indiano

orienta sua política externa como instrumento de desenvolvimento nacional, cujo interesse permanece assentado na sua busca por autonomia e pela vontade de se tornar uma potência com influência no sistema internacional (BASTOS, 2008).

Assim, sob a liderança do Partido Nacionalista Hindu (BJP), o país engendrou um programa de nuclearização, que vinha latente desde o final da Guerra Fria. O partido sempre fora defensor da “Bomba Hindu”, e, por isso, logo que chegou ao poder, em 1998, realizou os testes nucleares (BASRUR apud SILVA, 2005). Nota-se mais uma vez que a política externa indiana era condicionada, acima de tudo, pela conjuntura interna, mas que agora era praticada em termos de Hard Power, ou seja, era uma “síntese do realismo político”.

Ainda dentro dessa estratégia, é primordial entender quais seriam as preferências do projeto nuclear do país. Rodrigues (2011) salienta que sempre houve a percepção, por parte da Índia, de que seu novo “status nuclear” lhe daria um lugar permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso explica de certa forma o pragmatismo político indiano direcionado para uma reestruturação de instituições como a ONU, fundamentada justamente na crença de que caberia à Índia um papel mais ativo no sistema internacional (RODRIGUES, 2011).

Para alguns autores como Silva (2005), a cultura estratégica indiana é caracterizada por um minimalismo nuclear, cujos aspectos principais são: aceitação limitada da utilidade das armas nucleares; um posicionamento mais político do que técnico das armas nucleares; e uma postura mais contida, tanto em relação ao aumento, quanto à diminuição da capacidade nuclear. Tudo em volta de uma doutrina de *détente* mínima que estaria associada aos riscos da posse e consequente utilização de tal armamento (BASRUR apud SILVA, 2005).

Por outro lado, havia a intenção clara do governo em buscar o aumento da capacidade nuclear, com a criação de órgãos políticos, como o Conselho de Segurança Nacional e a Agência de Inteligência de Defesa, que seriam responsáveis pela coordenação dos processos de logística e estratégia, assessorando diretamente o governo (SILVA, 2005).

Nesta esteira, o que de fato é evidente dentro da lógica indiana é a visão de que a segurança seria um derivativo do poder, e, como tal, significava um mecanismo eficiente para contrabalancear os poderes das outras Potências Mundiais.

Quanto à repercussão na comunidade internacional, a operação Shakti ou Pokhram II – como foi denominando os testes nucleares conduzidos nos dias 11 e 13 de maio de 1998 – provocou reações contrárias de mais de 150 países, de organismos internacionais e regionais, enfim condenação de praticamente toda sociedade internacional. O mundo inteiro interpretou tais testes como sério retrocesso dos esforços de não-proliferação e impuseram uma série de sanções ao governo indiano (GUIMARÃES, 2006).

Em virtude disso, só mais tarde a Índia ganharia o reconhecimento de potência nuclear, e, para tanto, em 2001 o governo indiano iniciou uma maior aproximação com os EUA através de uma cooperação tecnológica, que, segundo Oliveira H. (2007, p.08), alterou a percepção internacional da Índia, “deixando de ser estigmatizada e tratada como um problema”.

Na visão de Oliveira A. (2008), três pressões de tipo estratégico constroem os EUA e a Índia a cooperarem: I) O fator China: por questões ligadas à segurança (Os dois países

veem a China como uma ameaça aos seus interesses na ordem internacional; de um lado, os indianos não aceitam a ideia da China como única potência nuclear da Ásia, com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; de outro, os americanos temem pela expansão chinesa); II) a crescente conexão das economias de serviço dos dois países, especialmente na área de informática; e III) o aprofundamento da cooperação intergovernamental nos setores de inteligência, militar e de comunicações.

Contudo, vale ressaltar, que esta aproximação não significa que Nova Delhi tenha abandonado sua autonomia em política externa. Pelo contrário, o governo indiano foi contrário à invasão do Iraque, e as relações da Índia com Rússia e China tornaram-se crescentemente mais cordiais (OLIVERIA H., 2007)

O processo de reaproximação da Rússia se intensificou nos últimos anos. As relações bilaterais foram retomadas e se aprofundaram em áreas como cooperação científica e cultural, energia atômica e pesquisa espacial, intercâmbio cultural, entre outros (GUIMARÃES, 2006).

Em se tratando das relações sino-indianas, como mencionadas acima, apresentam um quadro de relativa melhora. A reaproximação entre os dois gigantes asiáticos foi impulsionada pelo aumento do intercâmbio comercial, que acarretou numa flexibilização dos lados no encaminhamento dos litígios fronteiriços. As aspirações globais da China e da Índia exibem boa dose de competitividade, e as pressões nascidas da fase de acelerado crescimento dos dois países fazem com que se firme uma competição virtuosa (OLIVEIRA A., 2008).

Contudo, mesmo com essa melhora nas relações entre os dois países, Bastos (2008) considera que ainda existe muita rivalidade entre eles e até desconfiança e animosidade em algumas temáticas. Por parte da Índia permanece a apreensão do papel estratégico que a China desempenhará no futuro, já que esta possui maior integração econômica com o Sudeste asiático. A China também ainda procura conter a Índia, seja por meio da cooperação, ou pela ampliação das relações com o Paquistão.

Digno de nota são as relações da Índia com a União Europeia, que constitui seu principal parceiro comercial. Marcadas pelo bilateralismo, as relações da Índia com a UE tiveram um salto qualitativo em 2000 com o início de um relacionamento político-diplomático, intensificado, em 2005, quando as duas partes assinaram, em Nova Délhi, um “Plano de Ação Conjunta”, que envolvia compromissos nas áreas econômica, política, técnica, meio ambiental, dentre outras. Todavia, as reservas da Índia em liberalizar mais a sua economia e a sua falta de confiança, além de escasso entendimento sobre o modelo da União, têm constituído um obstáculo ao aprofundamento das relações indo-europeias, a que também não é alheia a política da Europa com o Paquistão (MONGIARDIM, 2011).

Embora a diplomacia indiana tenha, ao longo do tempo, privilegiado a ação bilateral, Nova Deli tem logrado situar a Índia no centro da comunidade internacional, aderindo progressivamente ao paradigma do multilateralismo (MONGIARDIM, 2011).

Importante destacar que essa tendência ao multilateralismo se deu em virtude do contexto do pós-Guerra Fria e do próprio crescimento da China, que impulsionaram o governo indiano a desenhar parte de sua política externa por meio de uma estratégia “Look east” (olhe para o Leste), concebida com o objetivo de ganhar o acesso aos mercados e capitais dos estados do Leste Asiático e como meio de combater o crescimento político e militar

chinês na região (GANGULY, 2003/04)

Por meio dessa política, a Índia aderiu à proposta do projeto de integração no Sul, que culminou, em 1985, com a formalização da Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (South Asian Association for Regional Cooperation – Saarc). Conforme aponta Oliveira H.(2007), mesmo com objetivo de ampliar as relações comerciais e econômicas na região, a Saarc não obteve grande sucesso entre as aspirações dos estados-partes, e, ao que parece, seguiu apenas uma tendência das ondas de regionalismo, assumindo um papel incipiente na região.

Ainda dentro da estratégia “Look east”, a Índia se tornou membro do único mecanismo regional de segurança em desenvolvimento no Leste Asiático, o Foro Regional da ASEAN (ARF), e tem participado de exercícios militares bilaterais com o Vietnã e Malásia, entre outros Estados do Sudeste Asiático (GANGULY, 2003/04).

Esse processo de aprofundamento da integração na Ásia, ao mesmo tempo em que representa um significativo abandono do seu isolamento, também é um indício da reestruturação das relações interestatais indianas que se coadunou em torno de um multilateralismo assertivo, tanto político, quanto econômico, em contraste com sua peculiar diretriz de política externa autônoma (ROBRIGUES, 2011).

Como bem coloca Rodrigues (2011, [s/p]), “o comportamento de médias potências como a Índia, cuja parcela de âmbito de arranjo e articulação é de contra-hegemonia, postula uma nova engenharia política internacional, fundamentada em rearranjos multilaterais”. No caso específico indiano, estes rearranjos estão concentrados em um conjunto de ações voltadas para o Sul, privilegiando as relações com os países em desenvolvimento.

Essa pressuposição é visualizada em uma continuidade na natureza da política externa indiana quanto ao objetivo de se manter presente nos principais fóruns políticos internacionais – como assim o fez durante o período da Guerra Fria, por meio do Movimento dos Países Não-Alinhados – e de promover a ampliação do Conselho de Segurança da ONU (ROBRIGUES, 2011)

Neste sentido, o principal propósito da presente atuação indiana nos fóruns multilaterais, em nome da defesa dos interesses dos países não desenvolvidos, é balancear os seus recursos e capacidades limitadas por meio da valorização da ação coletiva com países, a fim de que algumas de suas metas de poder sejam alcançadas (LIMA apud VIEIRA, 2009).

Na busca deste objetivo, a Índia tem atuado com bastante vigor nos processos de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) – seja por meio do G20 ou do G3 (IBAS)⁹ – e estreitado suas relações com regiões como a África e América Latina (VIEIRA, 2009).

6 CONCLUSÃO

A partir deste estudo procuramos demonstrar as fases da política externa indiana e como se construiu a dinâmica da inserção regional e internacional do país. No primeiro momento, observamos que diversas variáveis tanto endógenas quanto exógenas moldaram as ações

9 Fundado em Junho de 2003, o IBAS é um mecanismo de coordenação entre três países emergentes: Índia, Brasil e África do Sul. Disponível em:< <http://www.ibsa-trilateral.org/>>.

da Índia, fazendo com que a diplomacia indiana estivesse voltada para a busca de múltiplos objetivos, que direta ou indiretamente corroboram para seu desejo mais importante: ser reconhecida como uma potência mundial.

Neste cenário, destacamos que os ensinamentos de Gandhi e o legado político de Nehru criaram os pilares da política externa da Índia, que desde o início da sua vida republicana, empenhou-se em preservar uma política autônoma e em articular a união entre países em desenvolvimento. De fato, até hoje a ênfase no desenvolvimento e na autonomia de posições nos cenários regionais e internacionais continuam sendo a base da diplomacia indiana. Contudo, mesmo apresentando essa linearidade em sua política externa, não podemos deixar de considerar que especialmente no pós - Guerra Fria, a política externa indiana tem ganhado contornos cada vez mais assertivos e pragmáticos, em defesa de sua segurança militar e econômica, com prioridade para seus interesses na área energética.

É nesse contexto que se encaixam as relações mais próximas com os EUA, a China, a União Européia, a América Latina e especialmente a África. O abandono do seu isolacionismo prova como o país tem buscado meios para desenvolver o setor econômico e militar, com o propósito de garantir as condições necessárias para a sua estabilidade política e social.

À luz dos elementos abordados, parece impraticável explicar em termos totalmente realistas ou idealistas a política externa indiana. Uma leitura possível é de que a diplomacia da Índia está voltada para múltiplos objetivos, quais sejam: a busca de prestígio (meta que se associa à busca pela modernização econômica) a relações mais amistosas com os EUA e ao reforço das relações bilaterais com as potências asiáticas e a União Europeia; a solução do litígio com o Paquistão; a consolidação da influência regional, mediante a política denominada “look east”; a segurança nacional; e por último a preservação da liderança, encabeçada por Nehru, entre os países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marcel Jaroski; SOUSA, Nali de Jesus de. (2008), “Padrões do crescimento econômico da Índia: estrangulamentos e perspectivas”. in Estudos do CEPE. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, p. 27-51.
- BASTOS, Camila Arruda Vidal. (2008), *Cooperação Brasil – Índia: trajetórias de aproximação*. 139f. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- EDUCALEAKS. (s/d), *Conflito Índia e Paquistão*. Disponível em: <http://educaleaks.dominiotemporario.com/doc/Conflito_India_e_Paquistao.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.
- GANGULY, Sumit. (2003) “India’s Foreign Policy Grows Up”, *World Policy Journal*, vol. 20, no. 4: 41-47.
- GUIMARAES, Lytton L (2006), *Política Externa e Segurança: perspectiva indiana*. Universidade de Brasília: Instituto de Relações Internacionais, p. 1-38. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_lytton240306.pdf>. Acesso em 03 jul. 2014.
- HELLER, Patrick, ISAAC, T. M. Thomas (2002). “O perfil político e institucional da democracia participativa: lições de Kerala, Índia” in B. S. SANTOS (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 599-645.
- HERZ, Monica (1994), “Análise cognitiva e política externa”, *Contexto Internacional*, vol.16, no. 1, p. 75-89. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7260153/Herz-Analise-Cognitiva-e-Politica-Externa>>. Acesso em 22 out. 2014.
- IBSA Trilateral Official Website. About IBSA. Disponível em: <<http://www.ibsa-trilateral.org/>>. Acesso em 05 nov. 2014.
- JAFFRELOT, Christophe (2004), “L’Inde rétive au libéralisme total”, *Le Monde Diplomatique*, no. 24. Disponível em <<http://www.monde-diplomatique.fr/2004/01/JAFFRELOT/10658>>.
- _____. (2004), “Índia: Globalização a passos contados”, *Biblioteca Diplô*. Disponível em:<<http://diplo.org.br/imprima826>>. Acesso 25 set. 2014.
- LAMAS, Bárbara Gomes. (2004), “Paz na Caxemira: será?”, *Conjuntura Internacional*. PUC Minas: 2004. 2f. Disponível em:< www.pucminas.br/conjuntura >. Acesso em: 22 out. 2014.
- LIMA, Marcos Costa (2008), “Índia: avanços, problemas e perspectivas” in *Conferência Nacional de Política Externa e Política*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão, p.87-100. Disponível em:<<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201207251212250.%C3%8Dndia-avan%C3%A7os,%20problemas%20e%20perspectivas%20-%20Marcos%20Costa%20Lima.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.
- MALLAVARAPU, Siddharht (2006), *O modelo de globalização e a formulação da política externa indiana*, in F. VILLARES (org.), *Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças*. São Paulo: Editora Unesp: IEEI, p. 213-274.

MENDONÇA, Gustavo Resende. (2009), “A Índia emergente: oportunidades e desafios do gigante asiático”. Meridiano 47, p. 11-13.

MONGIARDIM, Maria Regina. (2011), “Índia: potência emergente”. Instituto D. João de Castro, 22 p. Disponível: <http://www.idjc.pt/PDFs/INDIA_POTENCIA_EMERGENTE_conferencia_IDJC.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. (2008), “Índia: estratégia e política externa”, in Conferência Índia. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: FUNAG, 15p.

OLIVEIRA, Henrique Altemani (2007), Índia: política externa e relações com a América Latina. p.1-24. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Foro_REDEALAP_2007_05_01_Altemani.pdf>. Acesso em 03 abr. 2014.

PEREIRA, Analúcia Danilevich. (2003), Índia: atuação regional e mundial em um cenário político em transformação. ([s/l]: [s/e]).

PIMENTEL, J. de S. (2008), Índia. Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional in I CNPEPI: O Brasil no mundo que vem aí. Brasília, FUNAG: 367 - 403.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. (2010), “Os Brics e a Globalização: Perspectivas da Índia e do Brasil”. Revista Liberdade e Cidadania - Ano III, n. 10: 27p. Disponível: <<http://www.flc.org.br/revista/arquivos/248228987910273.pdf>>. Acesso em 04 jul. 2014.

RODRIGUES, D. F. (2011), “Regionalização do Conselho de Segurança da ONU: uma política multilateral indiana”. In Observatório de Impactos Ambientais. Disponível em: <<http://poliarquias.blogspot.com/>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

RESUMO

A dinâmica construtivista da missão das nações unidas no Sudão (UNMIS)

Este trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica construtivista da Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), no recorte temporal de 2008, que alterou a identidade do país no contexto das relações internacionais. A metodologia da observação participante, como um observador militar do Brasil, permitiu interpretar sob nova ótica ontológica que o problema político atual, a guerra civil que durou mais de 20 anos, resultou da evolução epistemológica de divergências originais e da negligência dos graves problemas de bem-estar social da população do Sul do país. Em sua evolução histórica, o Sudão passou a desempenhar importante papel na comunidade árabe africana, porém desenvolveu também graves problemas políticos internos. Em busca de soluções, as Nações Unidas interferiram e interpretaram uma nova realidade para os atores, a fim de dar lugar às vítimas das atrocidades e garantir o respeito aos direitos humanos. No entanto, com a análise do método dessa intervenção temporária, verifica-se que ocorreram atritos de interesses que resultaram na ampliação das diferenças dos indivíduos do grupo social, impossibilitando a construção de uma identidade integradora entre o Norte e o Sul do Sudão. Como resultado, a dinâmica construtivista das Nações Unidas acabou legalizando e legitimando a divisão do Sudão, com a formação de uma nova verdade do fato social, aceita pela comunidade internacional, e o surgimento do Sudão do Sul.

Palavras-chave: Dinâmica Construtivista, Sudão, Sudão do Sul, Nações Unidas, observador militar.

ABSTRACT

This work aims to analyze the constructivist dynamics of the United Nations Mission in Sudan (UNMIS), in the time frame of 2008, that changed the identity of the country in the context of international relations. The methodology of participant observation, as a Brazilian military observer, allowed play under new ontological perspective that the current political problem, the civil war that lasted over 20 years, resulted of epistemological evolution of original differences and neglect of serious problems well-being of the population of the country South. In its historical evolution, Sudan began to play an important role in African Arab community, but also developed serious internal political problems. In search of solutions, the United Nations intervened and interpreted a new reality for the actors, in order to give place to the victims of atrocities and ensure respect for human rights. However, with the analysis of the method of this temporary intervention, it appears that there were clashes of interests that resulted in the expansion of the differences of individuals of the social group, making it impossible to building an inclusive identity between North and South Sudan. As a result, the constructivist dynamics UN over legalizing and legitimizing the division of Sudan, with the formation of a new truth of the social fact, accepted by the international community, and the emergence of South Sudan.

Keywords: Constructivist dynamic, Sudan, South Sudan, United Nations, military observer.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de
Ciência Política

Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política



CAPES